

AC. EM CÂMARA

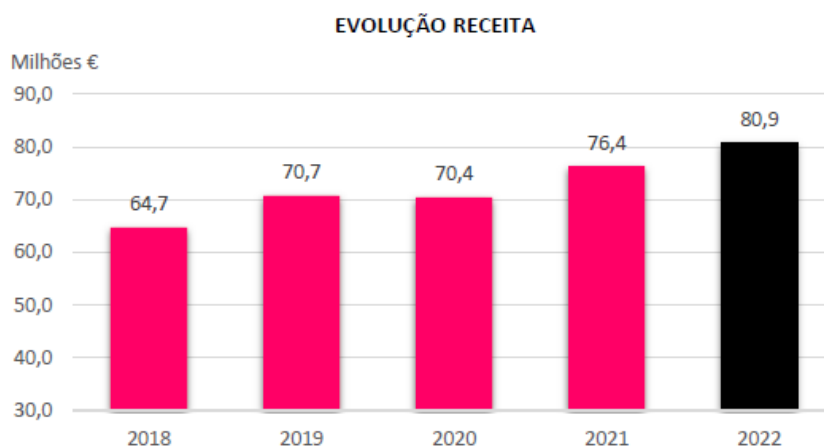
(02) RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022 – CMVC E SMVC:-

Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “**PROPOSTA** – Quando a Europa, e mesmo o próprio mundo, pareciam ter ultrapassado o seu pior período com a pandemia da COVID- 19, viu-se confrontada com uma terrível guerra. A invasão da Ucrânia pelo exército russo despoletou um conjunto de fatores que impactaram profundamente todos os setores à escala global, destacando-se os sociais e os económicos. A incerteza foi, e ainda é, enorme, continuando a desconhecer-se qual será a duração da guerra, a sua amplitude e os seus efeitos de arrastamento. No entanto, as suas gravosas consequências económicas fizeram-se sentir e influenciaram, de forma negativa, as perspetivas económicas e orçamentais do Município, com ação direta no Exercício Económico de 2022. Contudo e mesmo na adversidade descrita, continuamos a assegurar serviços de qualidade e a garantir a operacionalidade e resposta às solicitações dos nossos munícipes, dos movimentos culturais e associativos, das entidades e das Uniãos e Juntas de Freguesia. De realçar também a relevante capacidade de captação de Fundos Comunitários (o maior valor de sempre: **8,5 M€**) que permitiu garantir o **maior investimento direto de sempre**, mais de **20,03 M€**, e para a qual muito contribuiu a **poupança corrente** na grandeza de **14,9 M€**. Atempadamente, agradeço a todos os que diariamente se dedicaram à “causa pública” e coletiva mas, em particular, aos colaboradores do Município que continuam a demonstrar uma entrega e um compromisso inigualável, permitindo que a Câmara Municipal não só tenha revelado enorme resiliência, demonstrado eficiência, excelência, adaptabilidade e perseverança, sendo o garante, por mais um ano, do cumprimento da Visão, Missão e Valores estabelecidos nas Agendas 2030 da Inovação e para a Economia do Mar. O compromisso com a sustentabilidade, numa lógica transversal a todos os domínios da ação da Câmara Municipal, numa demonstração de uma estratégia correta e ambiciosa da política económica e orçamental, garantiu uma gestão financeira rigorosa e assente em pressupostos que se traduziram em qualidade de vida e de oportunidades para as atuais e futuras gerações. Nesse sentido, a Sustentabilidade continuou a estar no centro da gestão do Executivo, assegurando o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Nesse sentido, apresentamos o maior exercício financeiro de sempre, que permitiu a maior capacidade de execução de já registada pela Câmara Municipal, **80,55 M€**, num aumento de **5,6%** comparativamente a 2021 e apresentando uma taxa de Execução Orçamental que se manteve acima dos 81%, registando em 2022 o valor percentual de **83%**. A receita fixou-se nos **80,87 M€**, com um aumento de **5,9%**, ou seja, mais **4,5 M€**, com uma origem positiva heterogénea, nomeadamente no IMT,

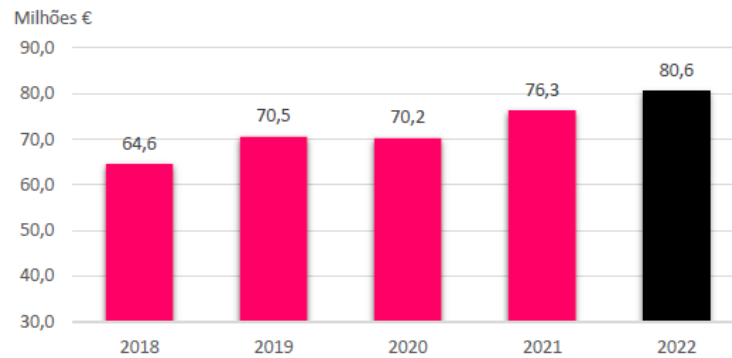
com mais **43,5%**, no IUC, com mais 4%, na Derrama, com mais **139,3%** e no IMI com mais **3,6%**. Da interpretação da estrutura dos impostos recolhidos, o incremento de **26,9%**, deveu-se, essencialmente, ao aumento significativo do IMT e da Derrama, impostos que resultam da dinâmica comercial e industrial desenvolvida no Concelho, ação resultante do transversal e positivo Regime de Incentivos em vigor. Na execução, destacamos o forte incremento no **Investimento Direto** em 2022, que atingiu o montante mais elevado de sempre, ascendendo a **20 M€**, representando um aumento relativamente ao ano anterior de **13,2%** e uma recuperação na **Poupança Corrente de 5,1 M€** relativamente a 2021 (mais **52,9%**). Finalmente, relevamos a excelente performance operacional e de concretização nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente na Habitação e Urbanização (**16,9%**), na Coesão Territorial (**13,8%**), na Educação (**13,8%**), no Ambiente e Qualidade de Vida (**10,3%**), no Desporto e Tempos Livres (**8,5%**), na Cultura (**7,2%**) e no Desenvolvimento Económico (**6,0%**), demonstração de uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos Vianenses, bem como um modelo de desenvolvimento de e voltado para o futuro. Em síntese, o primeiro ano de governo municipal, mesmo tendo sido um ano de profunda exigência, foi assumido como a oportunidade para começar bem, concretizando-se uma visão estratégica para o nosso Município no domínio da política económica, das políticas públicas e da política orçamental, devidamente apoiadas na concretização dos instrumentos de gestão orçamental legalmente previstos, com a ambição de um **progresso económico sustentável** para Viana do Castelo.

I. ECONOMIA E FINANÇAS

Ultrapassado o período de pandemia COVID-19, em 2022 a gestão e atividade municipal voltou à normalidade, tendo atingido valores muito positivos, superando os 80 milhões de euros, tanto na receita como na despesa. Importa referir que a receita cobrada **atingiu o valor de 80,878 milhões de euros** e a despesa executada atingiu o **valor de 80,553 milhões de euros**, representando um aumento de 5,9% e 5,6%, respetivamente, comparativamente ao ano anterior.

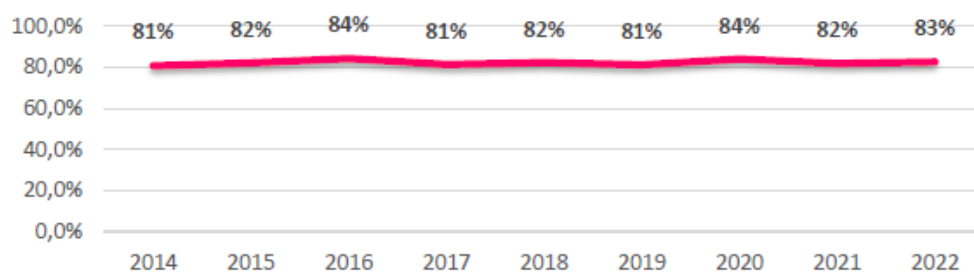


EVOLUÇÃO DESPESA



A Taxa de Execução Orçamental tem-se mantido acima do 81%, tendo registado em 2022 o valor de 83%.

EVOLUÇÃO TAXA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



A . Receita

No ano de 2022, a receita cobrada registou o valor mais elevado de sempre, **80,878 milhões de euros** que, comparativamente ao ano anterior, representa um **aumento de 4,505 milhões de euros**.

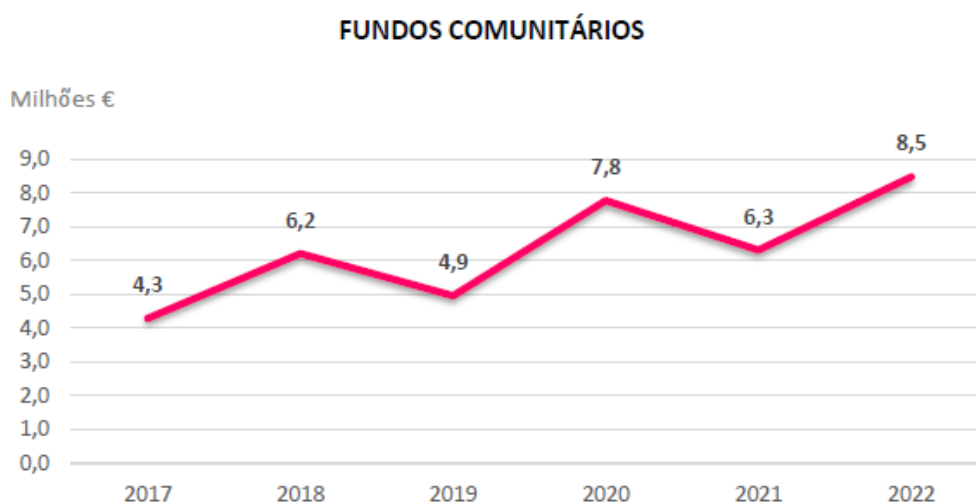
ESTRUTURA DA RECEITA

DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	Unidade €
						Δ % 2021/2022
RECEITAS CORRENTES	49.852.359	52.600.068	52.769.575	53.893.216	62.259.791	15,5%
Impostos Diretos (IMI+IMT+IUC+DER)	22.782.553	23.840.056	22.372.546	22.093.191	28.036.581	26,9%
Impostos Indiretos	292.844	393.315	463.024	92.307	28.697	-68,9%
Taxas Multas Outras Penalidades	964.259	957.834	816.208	1.322.989	1.406.900	6,3%
Rendimento Propriedade	65.271	40.629		3.698	36.070	875,5%
Transferências Correntes	19.424.721	20.217.035	25.019.455	25.954.677	27.905.465	7,5%
Venda Bens Serviços	5.521.821	5.829.748	3.487.828	3.931.632	4.600.881	17,0%
Outras Receitas Correntes	800.890	1.321.451	610.514	494.722	245.198	-50,4%
RECEITAS DE CAPITAL	14.726.514	17.974.940	17.503.065	22.242.351	18.545.054	-16,6%
Venda de Bens de Investimento	931.164	210.152	545.022	746.715	531.941	-28,8%
Transferências Capital	8.008.738	8.644.025	11.932.925	10.750.789	9.595.035	-10,8%
Passivos Financeiros	5.547.068	9.120.763	4.997.139	10.744.847	8.418.077	-21,7%
Outras Receitas Capital	239.544		27.979			
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	104.355	108.545	151.465	237.959	73.221	-69,2%
TOTAL RECEITAS	64.683.228	70.683.553	70.424.104	76.373.526	80.878.066	5,9%

A receita corrente cobrada, face ao ano anterior, registou um **aumento de 15,5%**, fixando-se em **62,260 milhões euros**.

A receita de capital cobrada em 2022, comparativamente ao ano anterior, registou uma diminuição de 16,6%, explicado pela diminuição de 21,7% da rubrica de Passivos Financeiros (empréstimos bancários) e de 10,8% da rubrica de Transferências de Capital, nomeadamente das transferências provenientes do Orçamento do Estado.

Importa realçar o valor arrecadado com a receita procedente de **fundos comunitários**, que **em 2022 registou o maior valor de sempre ao atingir o montante de 8,5 milhões de euros**. Como se irá ver mais à frente, esta receita e a Poupança Corrente serão determinantes no financiamento do Investimento direto realizado que, **pela primeira vez, ultrapassou os 20 milhões de euros**.



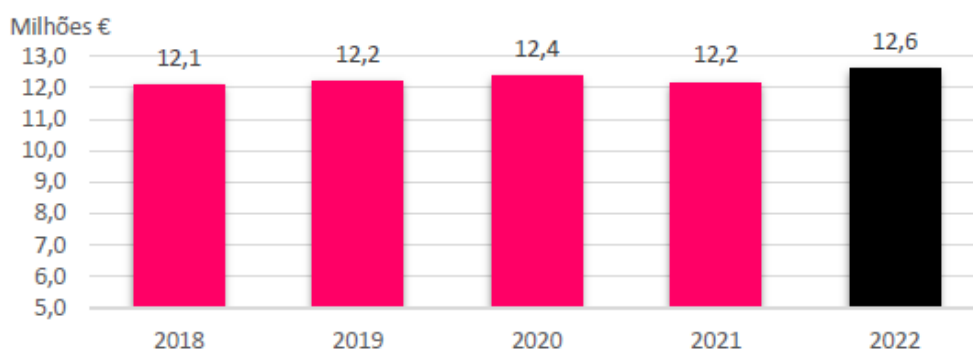
Os Impostos Diretos Locais, com um peso de 34,7% na receita total, atingiram o valor de **28,036 milhões de euros** que, em relação ao ano anterior, representa um aumento de 26,9%. Este aumento explica-se, principalmente, pelos aumentos significativos do IMT e Derrama. De realçar a forte correlação que estes dois impostos têm com a dinâmica comercial e industrial desenvolvida no Concelho.

IMPOSTOS DIRETOS LOCAIS

IMPOSTOS	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2021/2022
I.M.I.	12.104.730 €	12.224.078 €	12.358.645 €	12.171.258 €	12.609.473 €	3,6%
I.M.T.	3.768.512 €	4.873.872 €	3.917.811 €	5.195.673 €	7.453.368 €	43,5%
IUC	2.188.526 €	2.279.181 €	2.335.249 €	2.467.223 €	2.567.106 €	4,0%
Derrama	4.165.784 €	4.384.572 €	3.758.678 €	2.259.038 €	5.406.634 €	139,3%
TOTAL	22.227.553 €	23.761.703 €	22.370.382 €	22.093.191 €	28.036.581 €	26,9%

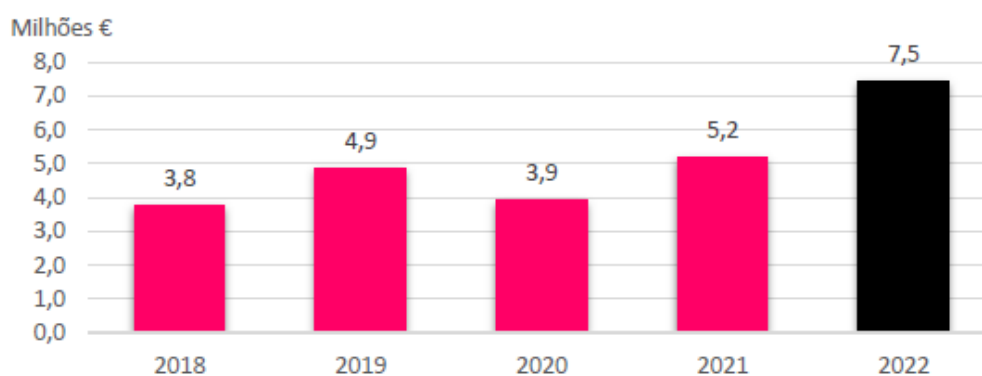
No ano de 2022, a receita referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) registou um ligeiro aumento de 3,6%, fixando-se nos **12,6 milhões de euros**.

EVOLUÇÃO I.M.I.



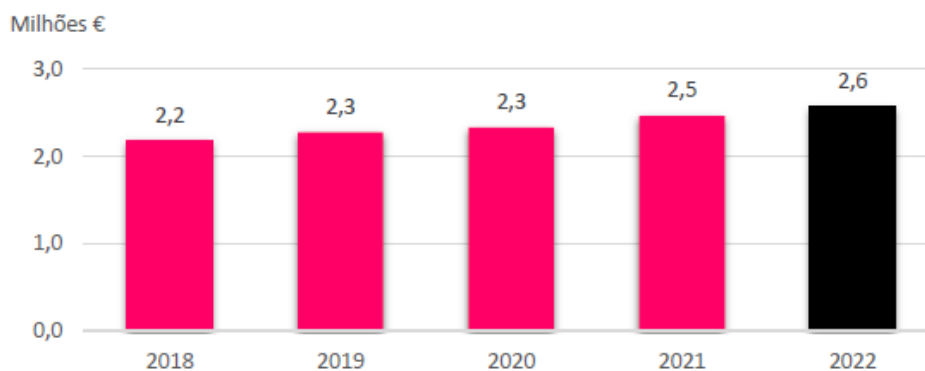
A receita do IMT voltou a registar uma forte subida, fixando-se nos **7,5 milhões de euros** que, comparativamente ao ano anterior, representa um **aumento de 2,258 milhões de euros**.

EVOLUÇÃO I.M.T.



A receita do IMT voltou a registar uma forte subida, fixando-se nos **7,5 milhões de euros** que, comparativamente ao ano anterior, representa um **aumento de 2,258 milhões de euros**.

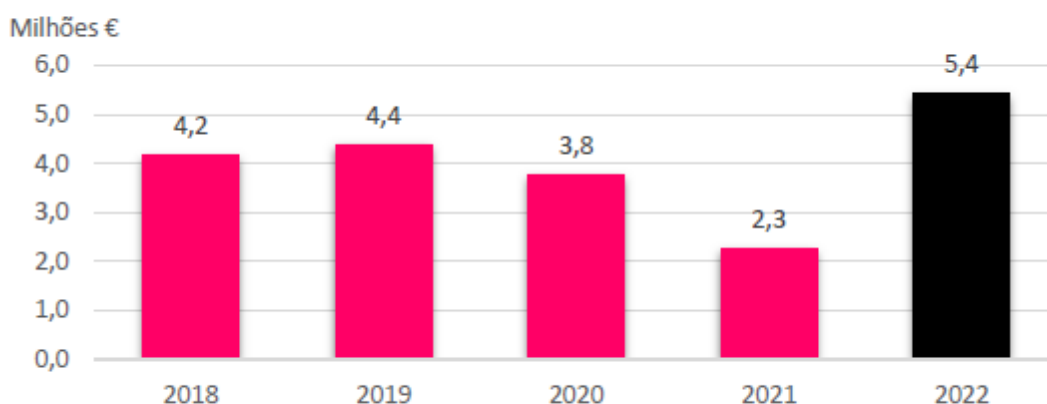
EVOLUÇÃO I.U.C.



A receita da Derrama, em 2022, registou um **aumento de 3,148 milhões euros** em relação ao ano anterior, voltando aos valores pré pandemia.

De realçar que o município tem mantido a isenção prevista na lei para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €.

EVOLUÇÃO DERRAMA



No que concerne à evolução de outras receitas próprias (quadro seguinte) e comparativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento nas rubricas de receita corrente, traduzindo-se numa **variação positiva global de 7,8%**.

OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS

OUTRAS RECEITAS	2018	2019	2020	2021	2022	Δ % 2021/2022
Impostos Indiretos + Taxas	1.257.103	1.351.150	1.279.232	1.415.296	1.435.597	1,4%
Venda de Bens e Serviços	5.521.821	5.829.748	3.487.828	3.931.632	4.600.881	17,0%
Venda de Bens de Investimento	931.164	210.152	545.022	746.715	531.941	-28,8%
TOTAL	7.710.088	7.391.049	5.312.082	6.093.644	6.568.418	7,8%

B. Despesa

A **Despesa Total** paga acompanhou o registo da **Receita Total**, superando, também os 80,0 milhões de euros. A **Despesa Total** registou um aumento de **5,6%** face ao ano anterior, atingindo o valor de 80,553 milhões de euros, o mais elevado de sempre.

ESTRUTURA DA DESPESA

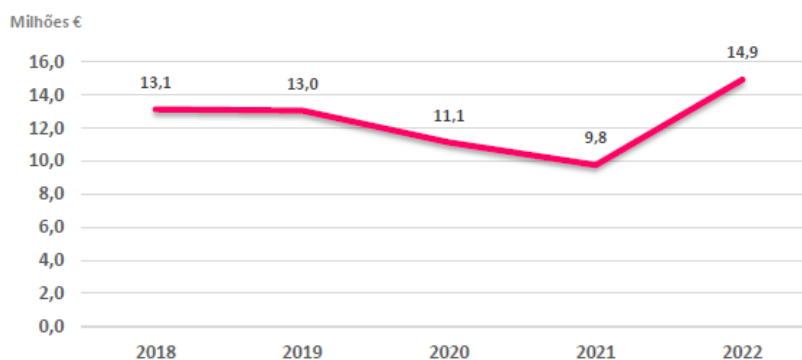
DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	Unidade €
						Δ 2021/2022
DESPESAS CORRENTES	36.724.394	39.554.019	41.627.076	44.120.552	47.335.886	7,3%
Pessoal	18.004.563	19.262.964	22.406.566	24.280.272	24.851.329	2,4%
Aquisição de Bens e Serviços	14.255.025	14.236.869	12.442.917	12.061.837	13.960.500	15,7%
Transferências Correntes	3.896.117	5.095.848	5.862.000	6.940.776	7.252.576	4,5%
Encargos Financeiros	186.063	206.911	246.239	183.878	180.060	-2,1%
Outras Despesas Correntes	382.625	751.428	669.354	653.789	1.091.422	66,9%
DESPESAS DE CAPITAL	27.849.688	30.978.069	28.559.069	32.179.753	33.217.624	3,2%
Investimento Direto	16.021.449	17.481.784	14.531.914	17.689.297	20.031.572	13,2%
Transferências Capital	4.898.840	5.525.178	6.293.519	6.511.316	5.443.646	-16,4%
Ativos Financeiros	1.610.267	1.787.006	1.222.408	1.314.753	520.838	-60,4%
Passivos Financeiros	5.319.132	6.045.195	6.497.598	6.664.386	7.216.568	8,3%
Outras Despesas Capital		138.905	13.630		5.000	
TOTAL DESPESAS MUNICIPAIS	64.574.083	70.532.089	70.186.145	76.300.305	80.553.511	5,6%

A despesa corrente registou um **aumento de 7,3%**, justificado, sobretudo, pelo aumento da rubrica “Aquisição de Bens e Serviços”, **explicado em parte pela taxa de inflação registada em 2022**, voltando a registar valores muito próximos dos executados antes da pandemia.

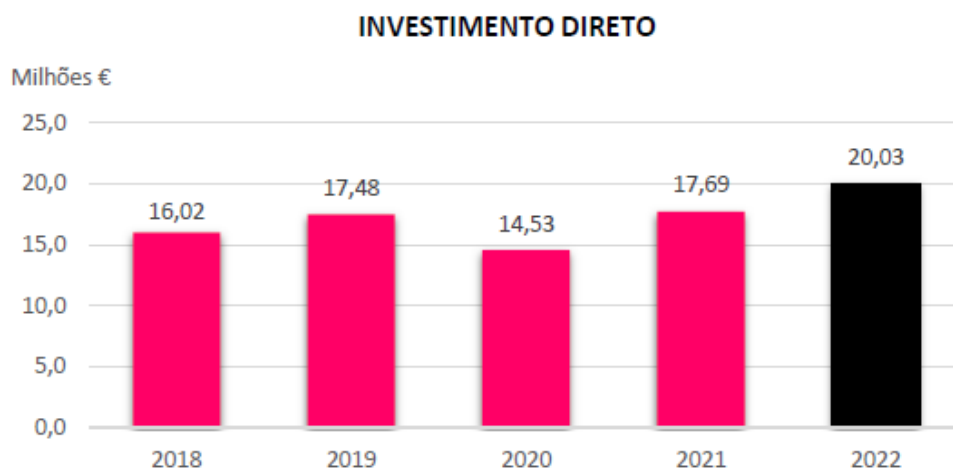
A **Poupança Corrente** continua a apresentar valores muito positivos e, conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários e Contratos Programa celebrados com o Estado, muito tem contribuído para o financiamento do Investimento Global (Câmara, Freguesias e Instituições) realizado no concelho.

Este indicador revela que o Executivo mantém o controlo da despesa corrente, mas, sobretudo, que garante o equilíbrio orçamental preconizado na Lei das Finanças Locais.

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE



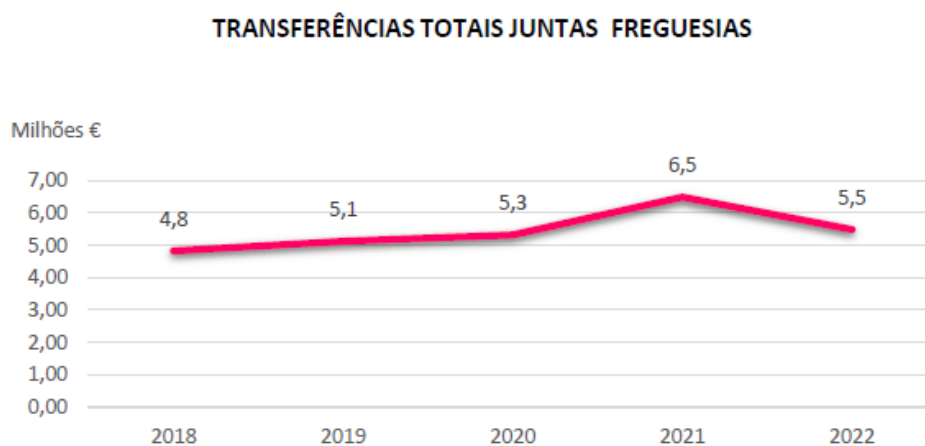
Em 2022, o **Investimento Direto** atingiu o montante mais elevado de sempre, ascendendo a 20,031 milhões de euros, **representando um aumento face ao ano anterior de 13,2%**. Este valor deve-se, principalmente, ao excelente resultado conseguido na receita proveniente de Fundos Comunitários (subsídios não reembolsáveis obtidos de 8,5 milhões de euros) e do valor da Poupança Corrente.



C. Coesão Territorial

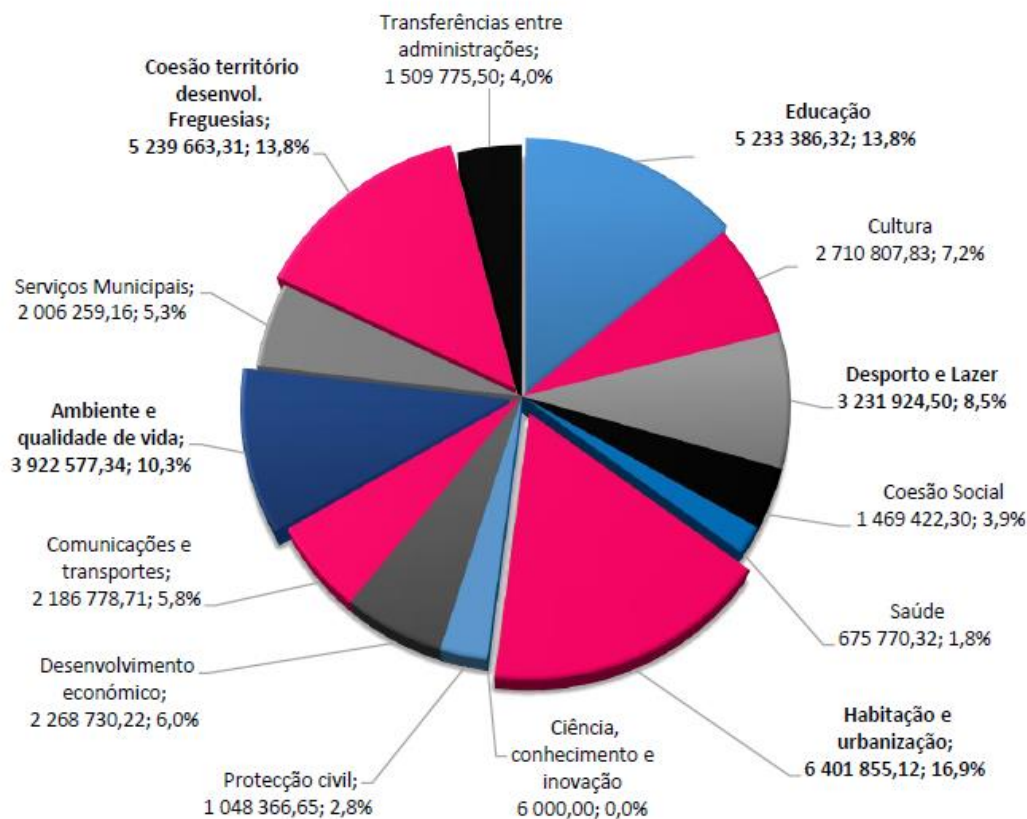
Este Executivo continua a apostar numa **política de descentralização e coesão do território** através da valorização da capacidade de gestão e dinamização dos Executivos das Juntas e Uniões de Freguesia.

Os resultados conseguidos são o corolário das transferências de competências da Câmara e aceites por todas as Juntas e Uniões de Freguesias (acompanhadas das respetivas transferências financeiras), apoio na gestão dos espaços públicos e no financiamento de investimento da exclusiva iniciativa destes Órgãos do Poder Local.



D. Grandes Opções do Plano

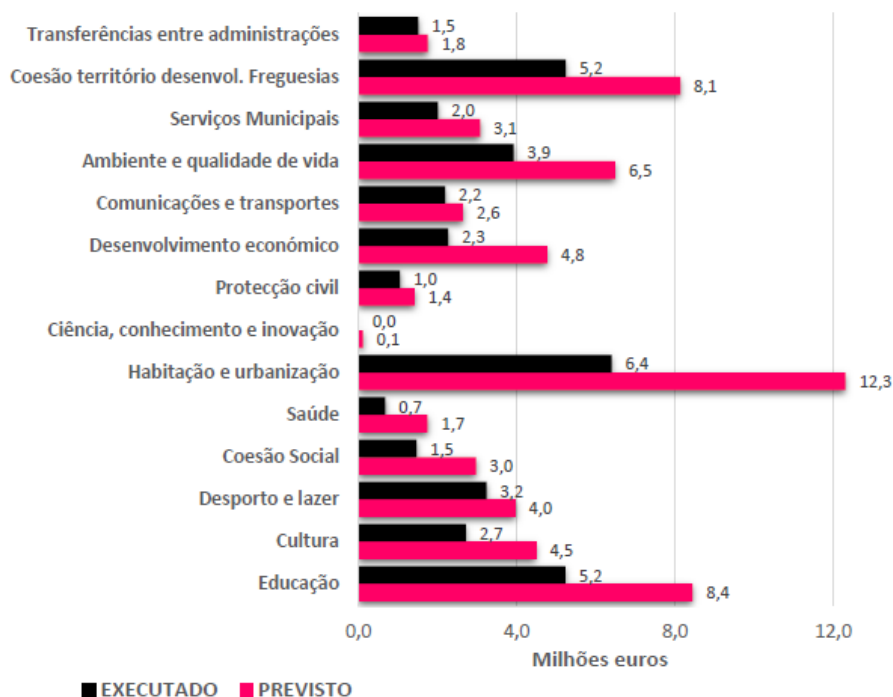
EXECUÇÃO GOP



Da análise do gráfico verifica-se que as áreas com maior despesa realizada foram as seguintes:

- **Habitação e Urbanização**, com uma realização financeira de 6,401 milhões de euros, representando **16,9% da despesa total**;
- **Coesão do Território e Desenvolvimento das Freguesias**, com uma realização financeira de 5,240 milhões de euros, representando **13,8% da despesa total**;
- **Educação**, com uma realização financeira de 5,233 milhões de euros, representando **13,8% da despesa total**;
- **Ambiente e Qualidade de Vida**, com uma realização financeira de 2,93 milhões de euros, representando **10,3% da despesa total**;
- **Desporto e Tempos Livres**, com uma realização financeira de 3,232 milhões de euros, representando **8,5% da despesa total**.

RESUMO EXECUÇÃO DAS GOP



Da análise comparativa entre a previsão e o executado, patente no gráfico anterior, podemos concluir que as quatro áreas prioritárias de intervenção previstas aquando a elaboração das GOP, nomeadamente **Habituação e Urbanização, Educação, Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias e Ambiente e Qualidade de Vida**, se mantiveram nos quatro primeiros lugares a verificar pelos valores de execução, com apenas uma variação de posição entre a Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias e a Educação.

CONTABILIDADE RELATO ORÇAMENTAL

				Unidade €
RECEITA / DESPESA	2020	2021	2022	Δ 2021/2022
RECEITA TOTAL	70.424.104	76.373.526	80.878.066	5,9%
RECEITA EFETIVA	65.275.501	65.390.720	72.386.767	10,7%
DESPEZA TOTAL	70.186.145	76.300.305	80.553.511	5,6%
DESPEZA EFETIVA	62.466.139	68.321.165	72.816.105	6,6%
DESPEZA PRIMÁRIA	62.219.900	68.137.288	72.636.045	6,6%
RECEITA EFETIVA CAPITAL	12.505.926	11.497.504	10.126.976	-11,9%
DESPEZA EFETIVA CAPITAL	20.839.063	24.200.614	25.480.219	5,3%
SALDOS	2020	2021	2022	Δ 2021/2022
SALDO GLOBAL ou EFETIVO	2.809.361	-2.930.445	-429.337	-85,3%
SALDO PRIMÁRIO	3.055.601	-2.746.568	-249.278	-90,9%
SALDO DE CAPITAL	-8.333.137	-12.703.109	-15.353.242	20,9%
SALDO CORRENTE	11.142.499	9.772.664	14.923.905	52,7%

E. Resultados

Antes da apresentação e análise dos Resultados Contabilísticos e análise dos Rácios, importa informar e analisar a posição do Município face aos limites impostos pela Lei das Finanças Locais.

Limites da Lei das Finanças Locais | Lei 73/2013 de 3/09**Equilíbrio Orçamental | Artigo 40.º**

“... receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos igual à Despesa corrente acrescida das Amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo ...”

VALORES DO ANO 2022				
Receita Corrente Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações médias (EMLP) (3)	Total (4 = 2 + 3)	Margem (5 = 1 - 4)
62.280.619,46 €	47.394.269,67 €	3.955.200,42 €	51.349.470,09 €	10.931.149,37 €

Limite da dívida total | Artigo 52º

“(...) a dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31/12 de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios (...)”

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (CMVC + SMSBVC)			
2020	2021	2022	Média dos 3 últimos Exercícios
57.401.482,70 €	58.232.372,59 €	66.595.907,66 €	60.743.254,32 €
VALORES A 31/12/2022			
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores	Limite	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM	Margem
(1)	(2 = 1 * 1,5)	(3)	(4 = 2 - 3)
60.743.254,32 €	91.114.881,48 €	37.185.346,60 €	53.929.534,88 €

RESULTADOS

	2022	2021	2020	Δ 2021/2022
Resultados Antes Depreciações e Gastos de Financiamento	12.684.679,81 €	12.143.843,84 €	12.989.582,99 €	4,45%
Resultados Operacionais	4.441.503,09 €	4.510.724,90 €	4.480.351,25 €	- 1,53%
Resultado Líquido	4.301.507,53 €	4.322.853,25 €	4.313.002,98 €	- 0,49%

APURAMENTO DO CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		78.150 €
Compras		94.294 €
Regularizações de existências		6.818 €
Existências finais		84.204 €
Custo do exercício		95.059 €

RÁCIOS

INDICADORES	RÁCIO	2022	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	80,8%	78,4%	80,0%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	564,2%	501,8%	532,5%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	42,5%	36,8%	29,4%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	41,9%	36,3%	28,6%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	19,1%	13,1%	18,4%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	1,8%	2,1%	2,2%

Aplicação de Resultados - Verificando-se que o **resultado líquido de 2022 é positivo no montante de 4.301.507,53 €**, deverá o mesmo ser, nos termos legais aplicáveis, transferido para a conta 56 – Resultados Transitados, constatando-se ainda que, no mesmo ano, os **Resultados Transitados alcançam montante positivo no montante de 181.354,62€**, pelo que se propõe que o seu montante seja repartido da seguinte forma: Reforço de reservas no montante de 224.143,11€, correspondente a 5% do resultado transitado; Reforço do património pelos restantes 95%, 4.258.719,04 €. **AGRADECIMENTOS** - Aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados, que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. Aos Bombeiros do Município de Viana do Castelo, Sapadores e Voluntários, à Proteção Civil Municipal, às Forças de Segurança, às Comunidades Escolar, Saúde e Social, aos Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia e aos muitos cidadãos voluntários pela dedicação e trabalho realizados no âmbito do combate à Pandemia Covid-19 e aos incêndios florestais que fustigaram o nosso concelho. Viana do Castelo tem como meta a sua própria superação, contando para este desiderato com a iniciativa, o dinamismo e o compromisso de todos os agentes desta estrutura maior do Estado Local. (a) Luís Nobre.” e ainda justificação do documento dos SMVC que também se transcreve – “Viana do Castelo encontra-se na linha da frente dos municípios com as melhores práticas no âmbito do Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), estando em plena articulação com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos gerido pela Resulima. O ano transato foi desafiante, depois de 2021 ter sido um ano de estabilização interna, após grandes mudanças, o ano de 2022 permitiu-nos projetar o futuro, traçar novos caminhos e assumir novas competências. Aos SMVC, no domínio da gestão de resíduos urbanos, compete a definição e

execução de políticas com vista à gestão ambientalmente adequada dos resíduos urbanos, realizada de acordo com os princípios legais e de mais critérios fixados nos instrumentos regulamentares e de planeamento. Continuamos a forte aposta na recolha e transporte de biorresíduos, tendo sido o melhor ano de sempre, os SMVC recolheram e transportaram um total de 1.476,00 toneladas desta matéria prima, biorresíduos alimentares e de espaços verdes, esta fileira regista um aumento de 28% comparativamente a 2021. No domínio dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente pela Entidade Gestora Resulima S.A., regista-se que os Vianenses separaram, em 2022, 5.869 toneladas de resíduos suscetíveis de valorização através da reciclagem, tendo diminuído 321 toneladas relativamente ao ano anterior, 2021, ou seja, menos 5%, fenómeno que está a ser trabalhado junto das escolas, associações e outras entidades, para que a inversão desta curva seja uma realidade. A recolha dos resíduos volumosos ou fora de uso que se opera através de atendimento telefónico, continua a ser uma aposta dos SMVC, tratando-se de um serviço que permite a prevenção do abandono de resíduos volumosos na via e espaços públicos. O Sistema Público Municipal de Limpeza Pública, designadamente, a eliminação de ervas, varredura e lavagem chafarizes, ruas e passeios e limpeza de sargetas, ainda, limpeza de dejetos caninos, remoção de grafitos e recolha de resíduos indevidamente colocados nas vias ou outros espaços públicos tem-se consubstanciado como uma resposta estruturante na missão dos SMVC. Não podendo deixar de referir a forte aposta e empenho na limpeza de praia manual e mecânica, tendo sido um ano com dados bastantes positivos e resultados visíveis apesar de ser uma nova competência assumida pelos SMVC. Todo este trabalho seria absolutamente impossível sem a colaboração de todos os nossos funcionários, que se empenham diariamente para que tudo isto seja possível. Apresentamos um relatório de atividades do qual nos orgulhamos e um relatório de contas que reflete o esforço feito diariamente pela equipa SMVC.

2. OBJETIVOS DE GESTÃO | MISSÃO | VISÃO | VALORES - Conforme temos observado em anos anteriores, os SMVC, no cumprimento da sua missão de serviço público municipal no setor dos resíduos e na atividade pública municipal de limpeza pública, estão empenhados na promoção de um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, procurando sempre o envolvimento e a participação dos cidadãos, incumbindo-lhe:

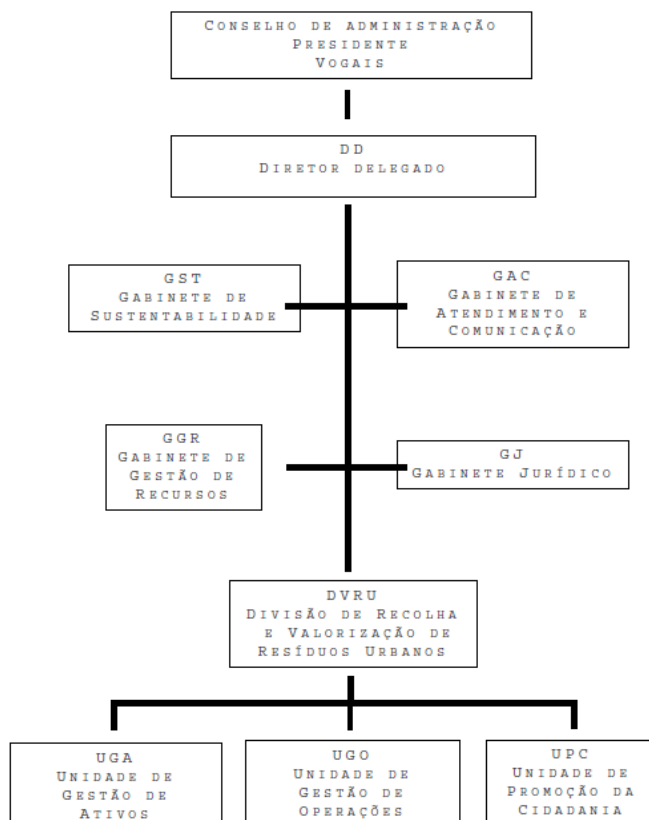
- a) Proteger o ambiente, prevenindo e controlando os impactes ambientais negativos gerados pelas suas atividades;
- b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades e serviços a seu cargo, um equilibrado desenvolvimento sócio económico e a valorização da paisagem;
- c) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;
- d) Promover, em colaboração com os executivos autárquicos locais (juntas de freguesia), a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana;
- e) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;
- f)

Assegurar que as tarifas compatibilizem o desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida dos utentes e dos cidadãos; g) Pesquisar e implementar soluções tecnológicas inovadoras na gestão de recursos de forma melhorar a eficácia e eficiência dos seus processos. h) Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços; i) Avaliar sistematicamente os resultados obtidos tendo em vista a melhoria contínua dos sistemas de gestão implementados; j) Manter ativa a comunicação interna e externa com todas as partes interessadas, assegurando ainda o compromisso de consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores; k) Proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para prevenir lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho de forma assegurar e manter elevados padrões de desempenho em matéria de segurança e saúde ocupacional. Como entidade gestora responsável, os SMVC compreendem a necessidade fornecer um serviço de excelência para a qualidade de vida da população e a necessidade de se constituírem numa organização orientada para a proteção do ambiente e para a segurança e saúde dos seus trabalhadores e de outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas atividades. **Missão** - A satisfação das necessidades coletivas da população do município de Viana do Castelo, nos domínios da Gestão Pública Municipal dos Resíduos Urbanos e da Gestão da Atividade de Limpeza Pública, são a razão da existência da atividade empresarial local desenvolvida pelo município de Viana do Castelo, através dos Serviços Municipalizados. **Visão** - Prestar um serviço público de referência no setor dos resíduos e na atividade da limpeza pública através da gestão sustentada da organização. **Valores** - Na qualidade de entidade pública, os SMVC requerem para a sua atividade o mais absoluto rigor e transparência, atuando segundo os princípios da legalidade, prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos utentes e dos cidadãos, boa administração, da igualdade, proporcionalidade, da justiça e da razoabilidade, da boa-fé, colaboração, participação e decisão. Os SMVC conferem a todos os que neles trabalham e interagem, designadamente, parceiros e fornecedores, uma maior responsabilidade no que respeita à sua conduta e desempenho.

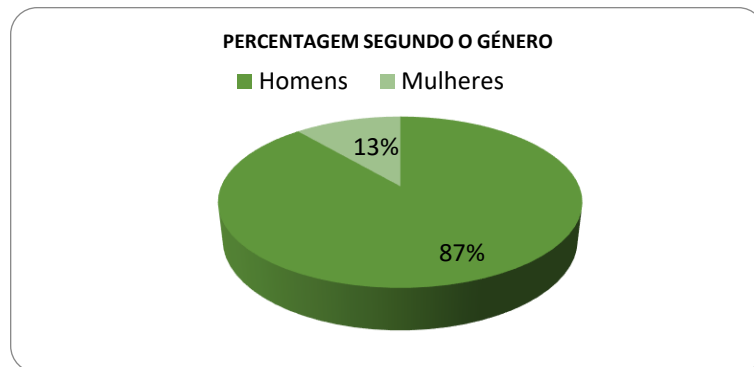
3. PRINCIPAIS INDICADORES DE SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL - 3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - A gestão de recursos humanos nos Serviços Municipalizados, como em qualquer organização pública ou privada, consubstancia-se no balanço social que é, reconhecidamente, um meio de informação, um utensílio de negociação ou de concertação e um instrumento de planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos. A sua elaboração e publicação, no caso concreto dos SMVC pelo facto de ter mais de 100 trabalhadores, é obrigatória conforme Lei do Balanço Social (Lei n.º 141/85, de 14 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 9/92, de 22 de janeiro). Observamos que, ao longo dos anos, este instrumento de gestão de recursos humanos tem fornecido um conjunto de informações essenciais sobre a situação social dos SMVC, expondo

os pontos fortes e pontos fracos da gestão social dos seus recursos humanos, permitindo à direção e à administração investimentos sociais, designadamente, em instalações e equipamentos e programas de ação, por exemplo, formação profissional e vigilância no âmbito da saúde ocupacional que visam a realização pessoal dos trabalhadores, a sua identificação com a organização e a melhoria da sua própria vida. As informações sobre a Gestão de Pessoal, nomeadamente, o vínculo laboral e a sua caracterização, por idade, género, antiguidade, relação de emprego, estrutura habilitacional, absentismo, trabalho extraordinário, acidentes em serviço e ações de formação, encontram-se detalhadamente descritas no Balanço Social que se anexa ao presente Relatório. No entanto, salientam-se seguidamente alguns dos principais indicadores de síntese do Balanço Social.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES - Para o desenvolvimento das suas atividades os SMVC estão vinculados ao Regulamento da organização dos serviços Municipais — Estrutura Flexível (Despacho n.º 988/2013 de 17 de janeiro). Para além deste regulamento, os SMVC possuem também um Manual de Funções, no qual constam as principais responsabilidades, qualificações e requisitos mínimos para um desempenho dessas mesmas funções. A 31 de dezembro de 2022 e com 113 trabalhadores no seu mapa de pessoal, os SMVC estão organizados da forma ilustrada na figura seguinte, em resultado da proposta da Câmara Municipal do Regulamento Interno e Organigrama, aprovado na reunião de 19/12/2022 da Assembleia Municipal e publicado em DR II Série, Aviso n.º 5807/2023 de 17 de março de 2023.

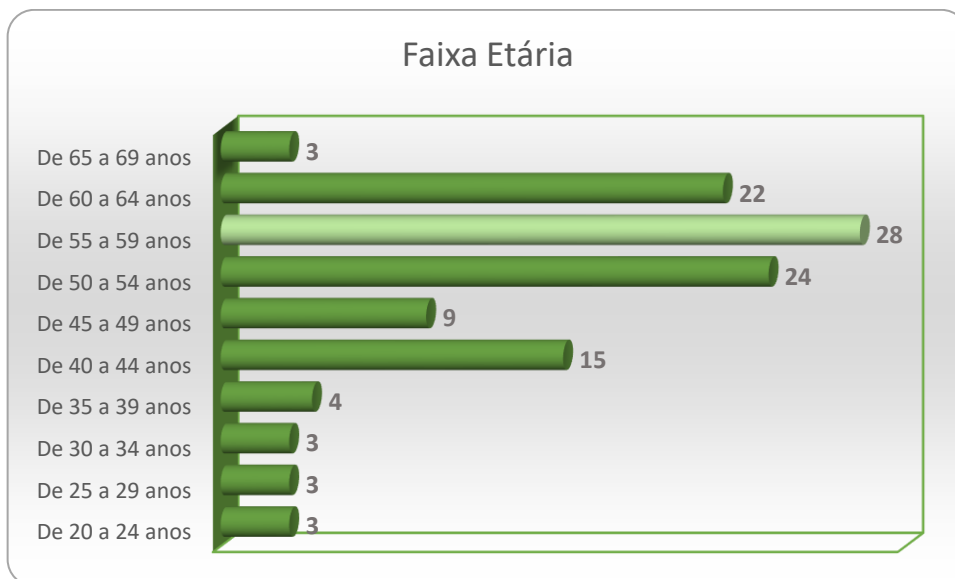


O conselho de Administração dos SMVC é constituído por um presidente e dois vogais, com mandato até outubro de 2024. **3.3 TAXA DE FEMINIZAÇÃO** - A Taxa de feminização nos SMVC é de 13,28%, ou seja, do total de 113 trabalhadores, 15 são do género feminino.



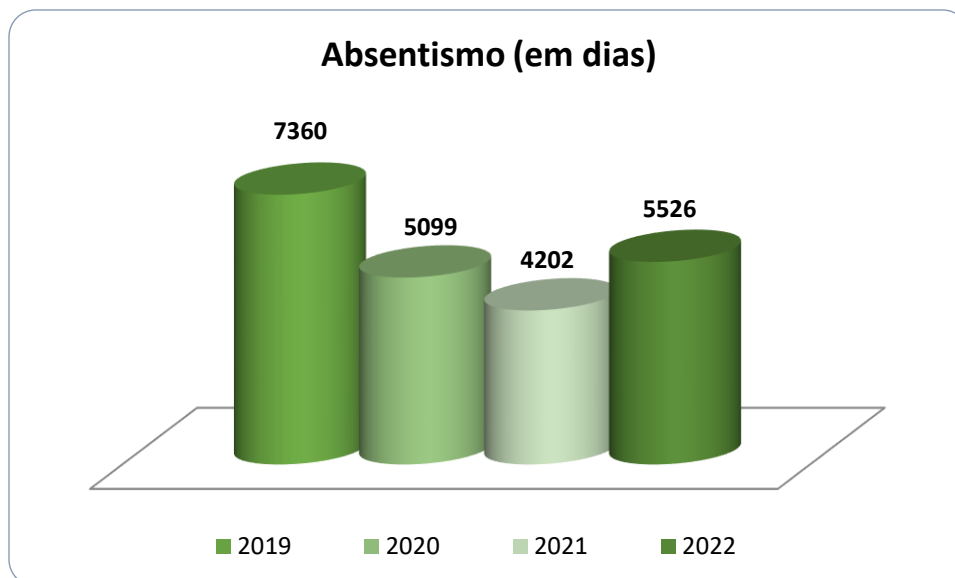
Conforme demonstra o Quadro anterior, constata-se haver uma predominância significativa do género masculino, 87%, no domínio das várias funções e competências atribuídas aos SMVC.

3.4 NÍVEL ETÁRIO MÉDIO, LEQUE ETÁRIO E TAXA DE ENVELHECIMENTO - É na faixa etária entre os 55 e os 59 anos, que se situa o maior número de colaboradores, conforme se constata do quadro seguinte. Fazem parte desta faixa etária 28 trabalhadores que corresponde a 23,78% do total de trabalhadores dos SMVC.

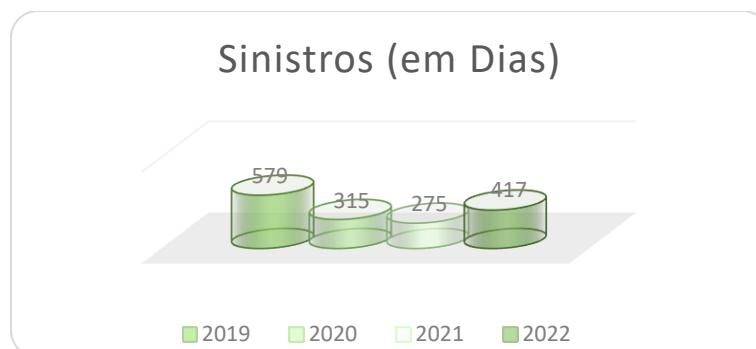


Analisando o escalão etário com base na observação por género, constata-se que o maior número de homens (24) se situa na faixa etária entre os 50 e os 59 anos e o das mulheres (4) entre os 40 e os 44 anos e (4) entre os 55 e os 59 anos. Globalmente, conclui-se que 76,11% dos trabalhadores em exercício de funções tem mais de 45 anos, sendo a média de idade de 53 anos para os homens e mulheres. O leque etário, que se traduz na diferença entre o indivíduo mais novo que tem 20 anos e o mais velho que tem 68 anos é de 48 anos. A taxa de envelhecimento, que tem como referência, o somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 60 anos, é de 25 efetivos, situando-se nos 22,13%. **3.5 TAXA DE ABSENTISMO** - No Ano de 2022, foram

contabilizados, conforme se observa do quadro seguinte, 5.526 dias de ausência ao trabalho (4.202 em 2021). A percentagem de ausências ao trabalho, justificadas medicamente por doença, foi de 65,28% (92,05% em 2021). Esta percentagem decorre do facto de 3 colaboradores em 2022, estarem ausentes por doença prolongada, um dos quais aguardam decisão da Caixa Geral de Aposentações e/ou Segurança Social para aposentação/reforma por enquadramento legal e/ou eventual incapacidade.



A Taxa de absentismo, em 2022, foi de 20% (15%, em 2021). Este valor é obtido, face ao Total de dias de ausência de todos os trabalhadores (5526, não incluindo férias) divididos pelo Total de dias potenciais de trabalho (28.112 dias úteis de trabalho do total de trabalhadores, 113), multiplicado por 100. - **3.6 TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO** - Em 2022, registaram-se 7 acidentes de trabalho (6 em 2020 e 9 em 2021). O número total de dias perdidos com baixa por acidente em serviço, observável pelo quadro seguinte, foi de 417 dias (315, em 2020 e 275 em 2021), a que, considerando o n.º total de dias ausências ao trabalho (5.526) corresponde uma taxa de dias perdidos por acidentes de trabalho de 7,55%.



Relativamente à incidência de acidentes de trabalho (n.º acidentes de trabalho/n.º de trabalhadores*100), em 2022, registou-se uma taxa de 7% (5,2%, em 2020 e 7,82 em 2021).

3.7 TAXA DE INDISCIPLINA - Em 2022, não se registaram ações disciplinares. - **3.8 CONCLUSÃO**

- Em conclusão e no seguimento do trabalho observado em anos anteriores, a administração dos SMVC compromete-se, continuamente a apoiar a definição das melhores políticas e aplicá-las à organização com vista à melhor gestão e avaliação dos serviços públicos essenciais prestados aos vianenses, perseguindo o aumento da sua eficiência. Por outro lado, garantir o esforço na definição de políticas de recursos humanos nos SMVC, nomeadamente no que se refere aos regimes de emprego, combatendo a precariedade e de condições de trabalho, mantendo o regime de vigilância e proteção social dos seus trabalhadores, qualificação e desenvolvimento profissional e avaliação, dinamizando e coordenando a sua aplicação, na procura da satisfação do interesse público comum e motivação de todos os trabalhadores. (a) Luís Nobre.”. Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com cinco votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego e Fabíola Oliveira três votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira, Paulo Vale e Hugo Meira e a abstenção da Vereadora Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presente a totalidade de membros em efetividade de funções. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- “DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU - A 20 de Dezembro de 2021, altura em que a CDU votou o plano de atividades e orçamento para 2022, absteve-se com algumas justificações. Uma delas sublinhava o muito mais que poderia ser feito em áreas prioritárias. Este relatório confirma o que referimos nessa altura quanto à falta de estratégia com vista ao bem-estar da população do nosso concelho. Áreas fundamentais como a **Mobilidade/transportes e comunicações**, concelhia e até mesmo regional não pode ser pensada e concretizada só pelo limbo, é preciso ir mais além, é urgente investir para encurtar distâncias, aproximar, criar oportunidades, desenvolvimento do território, descentralização e descarbonização. O

PAO de 2022 refere o *“investimento no âmbito da mobilidade sustentável, através de um plano estratégico, como a consolidação de ciclovias e ecovias e em especial a travessia pedonal do rio Lima; sistemas de circulação viária e de estratégias de estacionamento compatíveis com novas exigências quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano”*. Ficou escrito e era para 2022, contudo não conseguimos vislumbrar nem no investimento nem na operacionalização. Outra GOP, **Ambiente/Qualidade de Vida**, que está interligada com a Mobilidade, também se situa bastante abaixo dos projetados 6 milhões, não chegando a sua concretização a metade deste valor. A **Habituação**, área primordial e consagrada na nossa Constituição da Republica, que surgiu como aposta deste Executivo em maioria e projetada como tal, fica evidentemente aquém do desejado. Do desejado em campanha e do desejado na projeção para 2022 no PAO. Alertámos para a debilidade da sua projeção. Do projetado, sensivelmente 12 milhões, foi concretizado metade (6,4 milhões), facto que nos leva a questionar a evolução de medidas previstas no exercício deste mandato, como por exemplo a medida 1ª Direito e medidas apontadas no PAO como uma *“estratégia de reequilíbrio do mercado onde previam soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulariam a oferta para todos os estratos socioeconómicos, a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes.”* Onde estão as evidências da concretização do planeado? **Coesão territorial e desenvolvimento das Freguesias**, outra área projetada acima do real concretizado, que fica nos 5 milhões de euros, quando foram previstos 8 milhões. Citando o PAO apresentado pela maioria socialista *“desejamos um território cada vez mais coeso, resultante de um sistema que promove a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais...”* ...*“porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da coesão territorial e social do Concelho...”* Questionamos se as freguesias não precisam deste investimento anualmente ou se o mesmo é mais importante em ano de eleições? A 11ª GOP **Coesão Social** é identificada como *“uma das traves mestras das políticas dotadas pelo Executivo”* em maioria e referido ainda como o *“investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”* sendo *“absolutamente fundamental para um concelho socialmente justo e equilibrado”*. Evidencia um investimento efetivo de 1,5 milhões de euros quando a sua projeção foi o dobro (3 milhões). O que ficou pelo caminho num investimento já de si pouco generoso atendendo às carências e necessidades sociais que todos conhecemos? Nas GOP da **Cultura, Ciência, Conhecimento e Inovação**, questionamos a falta de diversidade de respostas nestas áreas tão importantes para o desenvolvimento material e imaterial do concelho. Na **cultura** vemos concretizado somente metade do projetado, com falta da criação do programa de descentralização cultural nas freguesias. Na área da **ciência, conhecimento e inovação** questionamos a falta de investimento, sendo uma área que em tempos foi valorizada e evidenciada com ganhos na promoção da nossa biodiversidade junto dos mais jovens nas escolas e na promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida com a rede escolar de ciência e o apoio à investigação científica. Perante a afirmação de que nos é apresentado o *“maior exercício financeiro de sempre”* que, segundo o Executivo em maioria, *“permitiu a maior capacidade de execução já registada pela CM”*, achamos importante realçar

o que consideramos insuficiências, ao verificarmos que a execução em áreas prioritárias ficou aquém das metas projetadas e orçamentadas. O Plano de Atividades e Orçamento define as prioridades do Executivo em maioria para a população do concelho e metas a atingir. Assim sendo e perante uma valorização da receita nos impostos diretos (28.036 milhões de euros), fundos comunitários (8,5 milhões de euros) tendo a receita corrente um aumento de 15.5% (62,260 milhões de euros), estes valores deveriam ser sobretudo utilizados numa distribuição virada para melhorar o bem-estar dos cidadãos, para prover às suas necessidades e oportunidades. Destacamos a diminuição dos passivos financeiros, situação para a qual temos vindo a alertar sobretudo pela sua oscilação ao longo destes anos e a diminuição nas transferências de capital (9.595.035 milhões de euros). A despesa total aumentou, superando os 80 milhões de euros. Não podemos deixar de apontar o dedo aos encargos atribuídos ao poder local pela administração central através de transferência de competências que deveriam ser responsabilidade do Estado, pois a despesa associada a estas novas atribuições asfixia financeiramente o poder local, limitando-o. Transferir competências não corresponde a uma efetiva descentralização se não for acompanhada, como não tem sido, de condições de exercício efetivo que garanta a possibilidade de dar resposta aos problemas das populações. Para além disto, a descentralização tem de ser assumida no pleno conceito de poder de decisão e não de mera capacidade de execução ou de suporte de encargos. **Conclusão:** Apesar da demonstração positiva em algumas categorias deste documento, não podemos votar favoravelmente o mesmo porque, como foi evidenciado, as GOP são executadas aquém do previsto. Continuamos sem ver explanada (assumida) a dificuldade que se sente nas contas do município com a transferência de competências. A reposição da capacidade financeira dos municípios deveria ser um objetivo a unir todos os que defendem o Poder Local democrático. Assim, **a CDU abstém-se na votação do relatório de atividades e prestação de contas 2022.** (a) Cláudia Marinho.”. “DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP - Após leitura atenta dos documentos que nos foram apresentados cabe-nos tecer as seguintes considerações. O crescimento dos valores apresentados assenta unicamente no aumento dos impostos cobrados aos Vianenses, não refletindo uma boa gestão como foi pretendido demonstrar na sua apresentação. Pensamos também ser de salientar o elevado valor das despesas correntes em detrimento do valor utilizado pelo município em investimento que, por sua vez, iria refletir numa melhoria da qualidade de vida para todos os Vianenses. Verificamos mesmo, que se não fosse este aumento de impostos e as candidaturas a fundos Europeus, não teria sido possível realizar investimento no ano em análise. Não podemos concordar com esta situação. Foi já sugerido anteriormente pelo CDS um alívio na carga fiscal imposta aos nossos munícipes, tornando assim o nosso concelho mais atrativo para viver e trabalhar, atraindo população para o nosso território. Por outro lado, a taxa de execução apresentada de 83% não reflete a realidade sendo apenas o reflexo das inúmeras alterações orçamentais realizadas durante o ano transato. Se esta fosse calculada com base nos valores apresentados em orçamento no início do ano seria certamente mais baixa. Aproveitamos também para lançar um desafio a este executivo, já que, 2022 foi um ano em que, segundo a vossa apresentação, tivemos resultados

financeiros excelentes, 2023 devera ser o ano em que este município gradualmente ira aliviando a carga fiscal imposta a todos os Vianenses tornando o nosso município mais atrativo para viver e trabalhar. Pesem todas as considerações anteriores o CDS PP vê-se na obrigação de votar contra este relatório. (a) Hugo Meira.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS** – O Relatório de Atividades e Prestação de Contas da CMVC e SMVC de 2022 apresentado pelo executivo socialista traduz as linhas gerais de ação do Município num ano de enorme incerteza e grande exigência, face a desafios globais com impacto local. A conjeturada recuperação económica e social pós-pandemia foi abalada pelo eclodir de um conflito no continente europeu. A invasão da Ucrânia pela Rússia mergulhou as economias europeias e mundiais num cenário de incerteza e instabilidade, provocando a quebra de cadeias de abastecimento, que, por sua vez, gerou uma escassez de matérias primas e, conseqüente, uma crise inflacionista, sem paralelo nas últimas décadas, agudizada pela crise energética no final de 2022. Estes acontecimentos tiveram um impacto em todos os setores à escala global, destacando-se os sociais e os económicos, refletindo-se no aumento do valor dos produtos para a indústria e dos bens alimentares, bem como na escalada de preços da energia e das taxas de inflação e de juros, com elevados custos para as famílias e as empresas. Apesar deste contexto de dificuldade e imprevisibilidade, a autarquia liderada pelo PS continuou a assegurar serviços de qualidade e a garantir a operacionalidade e resposta às solicitações dos munícipes, das Uniões e Juntas de Freguesia e de todas as forças vivas da sociedade vianense. Estes factos geopolíticos exigiram ao executivo do Partido Socialista uma capacidade de gestão sustentável, controlada e cautelosa que alcançou proveitos extraordinários, onde se destaca o forte incremento no Investimento Direto, que atingiu o montante mais elevado de sempre, ascendendo a 20 milhões de euros, representando um aumento relativamente ao ano anterior de 13,2% e uma recuperação na Poupança Corrente de 5,1 M€ relativamente a 2021 (mais 34%). A relevante capacidade e eficiência na captação de Fundos Comunitários, que atingiu o maior valor de sempre, 8,5 milhões de euros, garantiu o maior investimento direto, mais de 20,03 M€, e para a qual muito contribuiu a poupança corrente na grandeza de 14,9 M€. O executivo apresentou ainda o maior exercício financeiro de sempre do Município, que permitiu a maior capacidade de execução já registada, 80,55 M€, num aumento de 5,6% comparativamente a 2021 e apresentando uma taxa de Execução Orçamental que se manteve acima dos 81%, registando em 2022 o valor percentual de 83%, apesar da crise inflacionista, da abertura tardia dos fundos comunitários e da ausência inesperada do período de “overbooking” do PT2020, que exigiu uma capacidade de gestão e de incorporação dos seus impactos na execução das Grandes Opções do Plano (GOPs), sem prejudicar a excelente performance operacional e de concretização destas, alcançada em 2022. A fixação da receita nos 80,87 milhões de euros, um aumento de 5,9%, ou seja, mais 4,5 milhões, com uma origem positiva heterogénea, nomeadamente, no IMT, com mais 43,5%, e na Derrama (imposto que incide sobre o lucro tributável das empresas superior a 100 mil euros) com mais 139,3%, que refletem o êxito do Regime de Incentivos adotado e implementado por este executivo, impulsionador da forte dinâmica comercial e industrial sentida no

concelho. A receita da Derrama, em 2022, registou um aumento de 3,148 milhões de euros em relação ao ano anterior, voltando aos valores pré-pandemia. Estes valores alcançados permitiram um maior investimento e garantiram a sustentabilidade de serviços ímpares no distrito, promotores de uma maior qualidade de vida no concelho. A estratégia definida e executada pelo executivo socialista, resultante de um planeamento e de uma visão consciente para o território, traduz-se na operacionalização das GOPs, nomeadamente, na Habitação e Urbanização (16,9%), na Coesão Territorial (13,8%), na Educação (13,8%), no Ambiente e Qualidade de Vida (10,3%), no Desporto e Tempos Livres (8,5%), na Cultura (7,2%) e no Desenvolvimento Económico (6,0%), que permitiram trilhar uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos vianenses, bem como um modelo de desenvolvimento de e voltado para o futuro. O Relatório apresentado pela maioria socialista no executivo municipal concretiza, através de ações, uma visão estratégica para o Município no domínio da política económica, das políticas públicas e da política orçamental, devidamente apoiadas na concretização dos instrumentos de gestão orçamental legalmente previstos, com a ambição de um progresso económico sustentável para Viana do Castelo. A aposta cultural em programas e ações inovadoras, como a iniciativa “Ler em Viana” que alcançou 13.127 participantes, o eclético festival Marginal, o Programa de Descentralização Cultural nas Freguesias do Concelho, com 11 ações apoiadas em todo o concelho, e a implementação do Programa “Embaixadores da Cultura Vianense”, fomentando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas, concretizam a visão para este setor. Por sua vez, o Projeto De Mediadores Municipais e Interculturais e Viana Do Castelo (PMMI), que adquiriu ainda uma maior relevância face ao acolhimento de migrantes ucranianos, o arranque do programa 1º Direito, após a constituição da sua equipa de missão e do início das obras de reabilitação e conservação da Urbanização Municipal da Areia – Darque, bem como o reforço dos apoios à Rede Social com base na elaboração de 2 instrumentos de trabalho: o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, permitiram alcançar bons indicadores e o reforço da intervenção da autarquia na área de Coesão Social. A criação de novos regulamentos para a mobilidade (miniautocarros elétricos e elevador de Santa Luzia), a par da construção do Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável – PMUS, colocam o Município no caminho da descarbonização e da Mobilidade Suave e Sustentável. A conquista do título de Cidade Europeia do Desporto 2023, revela a determinação do executivo socialista em afirmar Viana do Castelo no plano nacional e internacional, catapultando o concelho como uma referência no setor do Desporto. O planeamento do território através da delimitação das ARUS de Alvarães, Vila Nova de Anha e Lanheses, e da criação da nova ARU de Darque Cidade Nova, permitiram reforçar a sua coesão e prosperidade. A realização de obras públicas com vista a servir as populações teve a sua maior expressão no arranque da construção da Unidade de Cuidados de Saúde Primários - USF da Meadela, na reabilitação e refuncionalização da Praça Viana, na ampliação das redes de abastecimento de água e saneamento, na regeneração urbana relacionada com o PEDU e na requalificação da Escola Pintor José de Brito, na sua maioria são ações em execução, que exigiram um esforço adicional face ao aumento dos custos das matérias primas. A

aposta na digitalização, desburocratização e desmaterialização de serviços e espaços públicos foi bem-sucedida e ganha um novo folego com a construção da Agenda Digital para Viana do Castelo, em desenvolvimento. Os cidadãos, as empresas e as coletividades têm sido uma prioridade da ação governativa do Partido Socialista, assente em políticas de proximidade, sustentáveis e humanistas, cuja concretização do plano de ação para 2022, vertido neste Relatório de prestação de contas, evidencia. Assim, perante o compromisso com a sustentabilidade, numa lógica transversal a todos os domínios da ação do Município, numa demonstração de uma estratégia correta e ambiciosa da política económica e orçamental, que garantiu uma gestão financeira rigorosa e assente em pressupostos que se traduziram em qualidade de vida e de oportunidades para as atuais e futuras gerações, o executivo socialista congratula-se e defende o presente Relatório de Atividades e Prestação de Contas da CMVC e SMVC de 2022, votando-o favoravelmente. (a) Luís Nobre; Manuel Vitorino; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”

18 de abril de 2023